



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2163522 - RJ (2024/0300809-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : INOCENCIO PEREIRA REIS NETO
RECORRENTE : LEONARDO CASULA FRANCISCO
RECORRENTE : RENATO DE CARVALHO ALVES
ADVOGADOS : RAFAEL FREITAS DE LIMA - ES016421
LARAH BRAHIM DUARTE DOS SANTOS - ES032290
MARIAH SARTÓRIO JUSTI - ES026136
MARIANA COELHO DIAS - ES043317
AGRAVANTE : INOCENCIO PEREIRA REIS NETO
AGRAVANTE : LEONARDO CASULA FRANCISCO
AGRAVANTE : RENATO DE CARVALHO ALVES
ADVOGADOS : RAFAEL FREITAS DE LIMA - ES016421
LARAH BRAHIM DUARTE DOS SANTOS - ES032290
MARIAH SARTÓRIO JUSTI - ES026136
MARIANA COELHO DIAS - ES043317
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CORRÉU : JOZELIA MIRIAM SANGALI
CORRÉU : MARISA MACHADO WANZELER SALGADO
CORRÉU : NATHANA SANTOS REIS
CORRÉU : RHALFF JUNIO DE ALMEIDA COUTINHO
CORRÉU : THIAGO SCARDINI MARQUES
CORRÉU : THIESSA SANTOS REIS NETTO
CORRÉU : BRUNO RANGEL CARDOZO
CORRÉU : FABIO DE ARRAZ CRISPIM
CORRÉU : FEBE VANZELER DE ALMEIDA E SOUZA
CORRÉU : FLAVIO DE ARRAZ CRISPIM
CORRÉU : VAGNER MACSON MANHAES DA ROZA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. *OPERAÇÃO ORION*. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. CONTRA A ECONOMIA POPULAR. CRIMES DO ART. 16 E 4º, *CAPUT*, AMBOS DA LEI N. 7.492/1986. GESTÃO FRAUDULENTA. OPERAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SEM AUTORIZAÇÃO. AGRAVO INTERPOSTO EM RAZÃO DA ADMISSIBILIDADE PARCIAL DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DAS SÚMULAS 292 E 528, AMBAS DO STF. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

AFASTADA. ENFRENTAMENTO ESPECÍFICO DAS TESES NA APELAÇÃO E NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. *EMENDATIO LIBELLI* SEM ALTERAÇÃO FÁTICA. CONCURSO MATERIAL MANTIDO. CONDUTAS AUTÔNOMAS E COMPATÍVEIS. ATIPICIDADE REJEITADA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO NA CULPABILIDADE E CONSEQUÊNCIAS. REEXAME FÁTICO VEDADO. SÚMULA 7/STJ. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DIANTE DE ADMISSÃO PARCIAL OU QUALIFICADA. ENTENDIMENTO DO STJ. LIMITAÇÃO QUANDO A PENA-BASE ESTÁ NO MÍNIMO. SÚMULA 231/STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVA DOSIMETRIA. Agravo em recurso especial não conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido, em parte, nos termos do dispositivo.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEXTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em Sessão Virtual de 11/06/2026 a 17/06/2026, por unanimidade, não conhecer do agravo em recurso especial e conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Carlos Pires Brandão, Nilsoni de Freitas (Desembargadora Convocada do TJDF) e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Carlos Pires Brandão.
Brasília, 17 de junho de 2026.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2163522 - RJ(2024/0300809-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : INOCENCIO PEREIRA REIS NETO
RECORRENTE : LEONARDO CASULA FRANCISCO
RECORRENTE : RENATO DE CARVALHO ALVES
ADVOGADOS : RAFAEL FREITAS DE LIMA - ES016421
LARAH BRAHIM DUARTE DOS SANTOS - ES032290
MARIAH SARTÓRIO JUSTI - ES026136
MARIANA COELHO DIAS - ES043317
AGRAVANTE : INOCENCIO PEREIRA REIS NETO
AGRAVANTE : LEONARDO CASULA FRANCISCO
AGRAVANTE : RENATO DE CARVALHO ALVES
ADVOGADOS : RAFAEL FREITAS DE LIMA - ES016421
LARAH BRAHIM DUARTE DOS SANTOS - ES032290
MARIAH SARTÓRIO JUSTI - ES026136
MARIANA COELHO DIAS - ES043317
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CORRÉU : JOZELIA MIRIAM SANGALI
CORRÉU : MARISA MACHADO WANZELER SALGADO
CORRÉU : NATHANA SANTOS REIS
CORRÉU : RHALFF JUNIO DE ALMEIDA COUTINHO
CORRÉU : THIAGO SCARDINI MARQUES
CORRÉU : THIESSA SANTOS REIS NETTO
CORRÉU : BRUNO RANGEL CARDOZO
CORRÉU : FABIO DE ARRÁZ CRISPIM
CORRÉU : FEBE VANZELER DE ALMEIDA E SOUZA
CORRÉU : FLAVIO DE ARRÁZ CRISPIM
CORRÉU : VAGNER MACSON MANHAES DA ROZA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. *OPERAÇÃO ORION*. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. CONTRA A ECONOMIA POPULAR. CRIMES DO ART. 16 E 4º, *CAPUT*, AMBOS DA LEI N. 7.492/1986. GESTÃO FRAUDULENTA. OPERAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SEM AUTORIZAÇÃO. AGRAVO INTERPOSTO EM RAZÃO DA ADMISSIBILIDADE PARCIAL DO

RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DAS SÚMULAS 292 E 528, AMBAS DO STF. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL AFASTADA. ENFRENTAMENTO ESPECÍFICO DAS TESES NA APELAÇÃO E NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. *EMENDATIO LIBELLI* SEM ALTERAÇÃO FÁTICA. CONCURSO MATERIAL MANTIDO. CONDUTAS AUTÔNOMAS E COMPATÍVEIS. ATIPICIDADE REJEITADA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO NA CULPABILIDADE E CONSEQUÊNCIAS. REEXAME FÁTICO VEDADO. SÚMULA 7/STJ. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DIANTE DE ADMISSÃO PARCIAL OU QUALIFICADA. ENTENDIMENTO DO STJ. LIMITAÇÃO QUANDO A PENA-BASE ESTÁ NO MÍNIMO. SÚMULA 231/STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVA DOSIMETRIA.

Agravo em recurso especial não conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido, em parte, nos termos do dispositivo.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso especial (fls. 7.245/7.311) e de agravo em recurso especial (fls. 7.455/7.482) interpostos por **Inocencio Pereira Reis Neto, Renato de Carvalho Alves e Leonardo Casula Francisco**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, no qual se insurgem contra o acórdão proferido na Apelação Criminal n. 0500273-63.2017.4.02.5001/ES, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 6.974/7.009):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. GESTÃO FRAUDULENTA. OPERAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SEM AUTORIZAÇÃO. EMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. CRIAÇÃO DE MOEDA ELETRÔNICA PARA MOVIMENTAÇÃO E CUSTÓDIA DE VALORES À MARGEM DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. PRELIMINARES DEFENSIVAS REJEITADAS. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOLO CONFIGURADO. DOSIMETRIA DA PENA. DESCONSIDERAÇÃO DA VETORIAL “CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME”. CONFISSÃO ESPONTÂNEA NÃO CONFIGURADA. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO PARA REDUZIR AS PENAS COMINADAS AOS RÉUS. VALOR DO DIA-MULTA. REDUÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA EM RELAÇÃO AOS DEMAIS DENUNCIADOS.

1. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. REJEIÇÃO. REALIZAÇÃO DE *EMENDATIO LIBELLI* POR OCASIÃO DA PROLAÇÃO DE SENTENÇA. APRESENTAÇÃO DE NOVA CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS QUE NÃO IMPORTOU EM ALTERAÇÃO DA PEÇA ACUSATÓRIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO.

2. A TESE DE INÉPCIA DA DENÚNCIA RESTA PLENAMENTE SUPERADA COM O ADVENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA, POIS, EM TAL CONTEXTO, NÃO HÁ COMO QUESTIONAR A HIGIDEZ FORMAL DA PETIÇÃO INICIAL ACUSATÓRIA SE EXISTE, COMO NA HIPÓTESE DOS PRESENTES

AUTOS, PRONUNCIAMENTO QUE ACOLHE A PERSECUÇÃO PENAL JÁ DEVIDAMENTE ATINGIDO PELO TRÂNSITO EM JULGADO. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

3. AUSÊNCIA DE BIS IN IDEM. PATENTE DESCRIÇÃO, NA DENÚNCIA, DE CONDUTAS AUTÔNOMAS E DISTINTAS, COM CONSEQUÊNCIAS E BENS JURÍDICOS TUTELADOS DIVERSOS, QUE NÃO SE CONFUNDEM COM O DELITO DE LAVAGEM DE CAPITAIS, APURADO EM PROCESSOS CONEXOS.

4. O CONJUNTO PROBATÓRIO COLACIONADO AOS AUTOS, NÃO DEIXA DÚVIDAS DE QUE A EMPRESA TELEXFREE/YMPACTUS COMERCIAL S/A, DE FATO, FUNCIONAVA, À ÉPOCA DOS FATOS, COMO VERDADEIRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OS FINS PREVISTOS NA LEI Nº 7.492/86, PRATICANDO AS CONDUTAS DE: I) OFERTAR PUBLICAMENTE VALORES MOBILIÁRIOS, DIRIGIDA E ACESSÍVEL AO PÚBLICO EM GERAL; II) CAPTAR RECURSOS DE TERCEIROS, INVESTIDOS COMO CONDIÇÃO PARA QUE SE TORNASSEM DIVULGADORES DA EMPRESA TELEXFREE/YMPACTUS COMERCIAL S/A, E, ASSIM, OBTEREM BENEFÍCIOS FINANCEIROS; E III) MOVIMENTAR E INTERMEDIAR A CIRCULAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS, CONTABILIZADOS COMO DÓLARES NO SISTEMA DA ALUDIDA EMPRESA, QUE PERMITIA A MOVIMENTAÇÃO, A TRANSFERÊNCIA E O SAQUE DESSES RECURSOS.

5. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS DEMONSTRADAS. DOLO CONFIGURADO. RÉUS CONDENADOS QUE POSSUÍAM PAPEL RELEVANTE NA GESTÃO FRAUDULENTA, NA FORMAÇÃO DA REDE INTERNACIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE CRÉDITOS E NO FUNCIONAMENTO DA TELEXFREE ENQUANTO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

6. DOSIMETRIA DA PENA. DESCABIMENTO DA NEGATIVAÇÃO DA VETORIAL “CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME” EM RELAÇÃO AOS RÉUS. AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME ENVOLVEM O MODUS OPERANDI, O MEIO, O LUGAR E O TEMPO EM QUE OCORREU O DELITO. O ENVOLVIMENTO DE FAMILIARES NA DINÂMICA DELITIVA, EMBORA SEJA UMA CONDUTA REPROVÁVEL, NÃO TEM RELAÇÃO COM O MODO COMO SE DEU A PARTICIPAÇÃO DO RÉU NA GESTÃO FRAUDULENTA. VOLUME DO DINHEIRO MOVIMENTADO QUE NÃO POSSUI RELAÇÃO COM A REFERIDA VETORIAL.

7. AUSÊNCIA DE CONFISSÃO DOS RÉUS.

8. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA EM RELAÇÃO AOS DEMAIS DENUNCIADOS. AUSENTE A DEMONSTRAÇÃO, NOS AUTOS, QUE OS ACUSADOS, A DESPEITO DA CONDIÇÃO DE DIVULGADORES, TIVESSEM ALGUM TIPO DE PODER DECISÓRIO OU, AO MENOS, PODER DE CONTRIBUIÇÃO RELEVANTE NA FORMAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES E DECISÕES TOMADAS PELO NÚCLEO GESTOR DA TELEXFREE. ELEMENTOS DE PROVA QUE DENOTAM ATUAÇÃO QUE NÃO EXTRAPOLA O VÍNCULO ESTRITAMENTE FAMILIAR OU SOCIAL E TAMPOUCO EXPRESSE AUXÍLIO RELEVANTE PARA A GESTÃO DOS NEGÓCIOS DA TELEXFREE E PARA O SEU FUNCIONAMENTO ENQUANTO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA IRREGULAR.

9. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO. DESPROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 7.216/7.223).

A parte recorrente alega violação dos arts. 619 do Código de Processo Penal (CPP); 384, *caput*, do CPP; 1º, *caput* e parágrafo único, 4º, *caput*, e 16 da Lei n. 7.492/1986 ; 69 do Código Penal; 59 do CP; e 65, inciso III, alínea *d*, do CP (fls. 7.247/7.265).

Sustenta ofensa ao art. 619 do CPP. Afirma negativa de prestação jurisdicional porque, apesar dos embargos de declaração, o Tribunal de origem não

teria enfrentado: a) a nulidade por afronta ao princípio da correlação no tocante ao art. 4º da Lei n. 7.492/1986, tendo o acórdão “indeferido a preliminar discorrendo sobre condutas do art. 16” (fls. 7.253/7.254); b) a alegação de que a *emendatio libelli* proposta nas alegações finais do Ministério Público Federal (MPF) não trouxe “alegações específicas sobre as condutas dos denunciados”, resultando em condenação por fatos não contidos na denúncia (fls. 7.253/7.254); e c) a não aplicação da atenuante da confissão, “embora reconheça que os recorrentes admitiram a ocorrência dos fatos” (fl. 7.254).

Aponta violação do art. 384, *caput*, do CPP. Defende que houve *mutatio libelli* sem aditamento da denúncia, ao se condenar por gestão fraudulenta (art. 4º da Lei n. 7.492/1986) com base em circunstâncias não narradas na exordial, inovação feita apenas em alegações finais (fls. 7.272/7.277).

Argumenta que os arts. 1º, *caput* e parágrafo único, 4º, *caput*, e 16 da Lei n. 7.492/1986 foram contrariados. Alega atipicidade porque a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil (BACEN) teriam concluído que a Ympactus/Telexfree não se enquadra como instituição financeira, afastando a incidência da Lei n. 7.492/1986 (fls. 7.278/7.284).

Sustenta ofensa ao art. 4º, *caput*, da Lei n. 7.492/1986. Afirma que gestão fraudulenta é crime de mão própria, só praticável por quem detenha poder de direção (art. 25 da Lei n. 7.492/1986), e não por divulgadores/partícipes. Alega também necessidade de habitualidade (fls. 7.285/7.290).

Indica contrariedade aos arts. 4º, *caput*, e 16 da Lei n. 7.492/1986 e ao art. 69 do CP. Defende a impossibilidade de concurso entre gestão fraudulenta e operação clandestina de instituição financeira quando se refere à mesma conduta (fls. 7.290/7.296).

Afirma ofensa ao art. 59 do CP. Alega exasperação da pena-base com fundamentos genéricos e inerentes aos tipos penais (culpabilidade e consequências do crime), pleiteando fixação no mínimo legal (fls. 7.296/7.306).

Aponta, também, violação do art. 65, inciso III, alínea *d*, do CP. Sustenta a incidência da atenuante da confissão, ainda que parcial ou qualificada, conforme a Súmula 545 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – (fls. 7.306/7.310).

Ao final da peça recursal, *requer seja o presente recurso conhecido e provido, para que: A) Seja cassado o acórdão recorrido, reconhecendo-se a apontada violação do art. 619 do CPP, com a consequente determinação de que o TRF2 se*

manifeste quanto a manifesta nulidade por afronta ao Princípio da Correlação entre a acusação e a sentença em relação ao art. 4º, caput, da Lei Federal nº 7.492/86, sanando a nulidade por negativa de prestação jurisdicional; B) Seja reconhecida a contrariedade ao art. 384, caput, do CPP, a fim de que seja anulado o processo desde a prolação da sentença condenatória que realizou ilegal mutatio libelli, com a determinação de que d. MPF promova o imperioso aditamento da denúncia; C) Seja reconhecida a contrariedade aos arts. 1º, caput e parágrafo único, 4º, caput, e 16, todos da Lei nº 7.492/86, uma vez que a YMPACTUS/TELEXFREE não configura instituição financeira, segundo o entendimento das próprias autarquias regulatórias (BACEN e CVM), reformando-se o acórdão recorrido, a fim de absolver os recorrentes da prática dos delitos dos arts. 4º, caput, e 16, ambos da Lei nº 7.492/86, em razão da manifesta atipicidade da conduta, nos termos do art. 386, III, do CPP; D) Seja reconhecida a contrariedade aos arts. 1º, caput e parágrafo único, 4º, caput, e 16, todos da Lei nº 7.492/86, uma vez que os divulgadores não podem ser equiparados a gestores da TELEXFREE, haja vista que o delito previsto no art. 4º, caput, é de mão própria, bem como pela ausência de habitualidade, reformando-se o acórdão recorrido, a fim de absolver os recorrentes da prática dos delitos dos arts. 4º, caput, e 16, ambos da Lei nº 7.492/86, em razão da manifesta atipicidade da conduta, nos termos do art. 386, III, do CPP; E) Seja reconhecida a contrariedade aos arts. 4º, caput, e 16 da Lei nº 7.492/86 e ao art. 69, caput, do CP, considerando a impossibilidade de concurso entre os delitos de gestão fraudulenta e operação clandestina de instituição financeira, a fim de absolver os recorrentes da prática do delito do art. 4º, caput, da Lei nº 7.492/86, nos termos do art. 386, II, do CPP; F) Subsidiariamente, seja reconhecida a contrariedade ao art. 59 do CP, uma vez que as penas-base dos recorrentes foram exasperadas com lastro em elementos inerentes aos tipos penais dos arts. 4º, caput, e 16 da Lei nº 7.492/86, devendo as reprimendas básicas serem fixadas no mínimo legal; e G) Alternativamente, seja reconhecida a contrariedade aos arts. 65, III, d, do Código Penal, reformando-se o acórdão recorrido, a fim de incidir, no cálculo da dosimetria, a atenuante da confissão e reduzindo-se as penas aplicadas aos ora recorrentes (fls. 7.310/7.311).

Contrarrazões apresentadas às fls. 7.314/7.381.

O recurso foi admitido na origem quanto às teses ligadas: aos arts. 1º, caput e parágrafo único, 4º, caput, e 16, da Lei n. 7.492/1986; aos arts. 4º, caput, e 16 da Lei n. 7.492/1986 e art. 69 do CP; e ao art. 59 do CP (fls. 7.410/7.415). Foi negado seguimento e/ou inadmitido nos demais pontos: art. 619 do CPP; art. 384, caput, do CPP; art. 4º, caput, da Lei n. 7.492/1986 (crime de mão própria); e art. 65, inciso III, alínea d, do CP, em parte (fls. 7.405/7.415).

Em face da decisão de admitiu parcialmente o recurso especial, o recorrente formulou o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta às fls. 7.508/7.550.

Instado a se manifestar na condição de *custos legis*, o Ministério Público Federal opina pelo desprovemento das insurgências (fls. 7.697/7.705):

ARESP. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. CONTRA A ECONOMIA POPULAR. OPERAÇÃO ORIÓN. CRIMES DO ART. 16 (OPERAR SEM AUTORIZAÇÃO) E 4º (GESTÃO FRAUDULENTA), *CAPUT*, DA LEI 7492/86, C/C ART. 29 E ART. 69 DO CP. SÚMULAS 7 E 83/STJ.

- A impugnação da defesa não merece acolhida, em face da decisão que deixou de admitir o recurso especial.
- Parecer pelo DESPROVIMENTO do agravo em recurso especial.

RESP. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. CONTRA A ECONOMIA POPULAR. OPERAÇÃO ORIÓN. CRIMES DO ART. 16 (OPERAR SEM AUTORIZAÇÃO) E 4º (GESTÃO FRAUDULENTA), *CAPUT*, DA LEI 7492/86, C/C ART. 29 E ART. 69 DO CP.

- A impugnação da defesa não merece acolhida, em face do acórdão recorrido.
- Parecer pelo DESPROVIMENTO do recurso especial.

É o relatório.

VOTO

O recurso especial tem origem em ação penal que resultou na condenação dos recorrentes pelos crimes dos arts. 16 e 4º, *caput*, da Lei n. 7.492/1986, com fundamento no concurso material (art. 69 do CP). O Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu parcial provimento às apelações defensivas para reduzir as penas e o valor do dia-multa, mantendo a condenação. Os embargos de declaração foram rejeitados. Interposto recurso especial, parte das teses foi admitida na origem e parte teve seguimento negado.

De início, quanto ao agravo interposto, ressalto que não cabe este tipo de recurso contra decisão que admite parcialmente recurso especial, uma vez que, em razão da admissão parcial do reclamo, este subirá a esta Corte, ocasião em que se procederá ao refazimento do juízo de admissibilidade da íntegra do recurso. Aplicam-se, por analogia, as Súmulas 292 e 528/STF.

No que se refere ao recurso especial, tem-se que parte dos pedidos não comportam admissibilidade, ante a constatação de óbices processuais.

No que se refere à suposta violação do art. 384, *caput*, do Código de Processo Penal, o recurso especial encontra óbice na Súmula 7/STJ. Para infirmar a conclusão de que houve mera *emendatio libelli*, sem alteração da narrativa fática e sem prejuízo ao contraditório e à ampla defesa, seria indispensável cotejar, detalhadamente, a denúncia e a sentença a fim de identificar “elemento ou circunstância” não contida na inicial e aferir o alegado prejuízo – providência que demanda revolvimento do acervo probatório, vedado na via especial.

No que se refere à tese de atipicidade calcada nos pareceres da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil – apontada como violação dos arts. 1º, *caput* e parágrafo único, 4º, *caput*, e 16 da Lei n. 7.492/1986 –, o recurso especial esbarra na Súmula 7/STJ. O acórdão fixou premissas fáticas sobre a atuação da Ympactus/Telexfree como verdadeira instituição financeira e qualificou os pareceres administrativos como superficiais; a pretensão de afastar a tipicidade exigiria a reavaliação do conjunto probatório e dos documentos cotejados pelas instâncias ordinárias, o que é inviável em sede especial.

No que tange à alegada contrariedade ao art. 59 do Código Penal, o recurso especial encontra óbice na Súmula 7/STJ. Para desconstituir a valoração negativa da culpabilidade e das consequências do crime – fundada, entre outros pontos, na burla a ordem judicial e nos prejuízos e riscos efetivos aos investidores e ao sistema –, seria necessário reexaminar as premissas fáticas assentadas pelo Tribunal de origem, o que a Súmula 7/STJ impede.

No que concerne à indicada violação do art. 65, inciso III, alínea *d*, do Código Penal, o recurso é inadmissível, em parte. Ao rechaçar a atenuante da confissão, o Tribunal *a quo* consignou, além da inexistência de confissão apta a fundamentar a condenação, fundamento autônomo: quando a pena-base está fixada no mínimo legal, é vedada a redução abaixo desse patamar, nos termos da Súmula 231/STJ. Esse fundamento, suficiente por si só para manter a conclusão, não foi especificamente impugnado nas razões do especial, atraindo a incidência da Súmula 283/STF.

No que se refere à tese sobre o art. 4º, *caput*, da Lei n. 7.492/1986 – crime de mão própria e necessidade de habitualidade –, ressalta-se, por fim, o risco de incidência da Súmula 7/STJ. A insurgência, tal como delineada, pode demandar a rediscussão do grau de “contribuição relevante” e da atuação concreta dos recorrentes na dinâmica fática reconhecida pelo acórdão, providência que pressupõe revolvimento probatório, vedado na via do recurso especial.

Quanto aos pleitos remanescentes, as respectivas teses defensivas constantes do recurso especial serão analisadas da maneira como dispostas pelos recorrentes na referida peça.

IV. I. DA VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. Negativa de prestação jurisdicional. Tribunal de origem não apreciou matéria relevante ao deslinde do feito (fls. 7.265/7.271).

O argumento recursal de que o Tribunal teria permanecido “silente” sobre a nulidade por afronta ao princípio da correlação (art. 4º da Lei n. 7.492/1986) não se sustenta.

A Primeira Turma Especializada enfrentou, de modo direto e detalhado, a preliminar na apelação, afirmando a compatibilidade da *emendatio libelli* com a narrativa fática da denúncia, sem alteração da descrição dos fatos e sem prejuízo à defesa, inclusive com registro de que a defesa se insurgiu oportunamente antes da sentença (fls. 6.974/6.977). O voto destacou que a inicial discriminou de maneira individualizada a posição de cada um e descreveu, com riqueza de detalhes, a atuação da Ympactus/Telexfree como instituição financeira equiparada, além da ligação dos réus com os gestores e o papel de cada um na movimentação e custódia de valores.

Nos embargos de declaração, a Turma refutou, com fundamentação própria, a alegação de contradição/omissão, registrando que a questão da correlação foi devidamente analisada e que a nova classificação jurídica (art. 4º da Lei n. 7.492/1986) não implicou alteração da narrativa fática, sendo a pretensão defensiva rediscussão do mérito inadequada à via integrativa (fls. 7.216/7.218).

Ainda em sede de embargos, a Turma enfrentou, especificamente, a alegação de omissão quanto à atenuante da confissão, reproduzindo trechos do voto que, na apelação, negaram a incidência, por inexistir confissão apta a embasar a condenação e, quando a pena-base já estava no mínimo legal, por vedação de redução a patamar aquém, com menção expressa à Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça, tudo de forma individualizada para cada recorrente (fls. 7.218/7.220).

Assim, diferente do quanto arguido pelos recorrentes, constata-se que não há negativa de prestação jurisdicional. Houve pronunciamento explícito e coerente sobre os pontos tidos como essenciais pela defesa: (a) correlação entre a denúncia e a sentença, com reconhecimento de mera *emendatio libelli*, sem alteração fática e sem prejuízo; (b) rejeição da atenuante da confissão por ausência de confissão útil à condenação, além da vedação de reduzir abaixo do mínimo legal, nos casos em que a

pena-base estava no piso; e (c) impropriedade de utilizar embargos para rediscutir a qualificação jurídica já decidida (fls. 7.222/7.223).

Portanto, razão não assiste aos recorrente porque os acórdãos recorridos enfrentaram, de forma suficiente e fundamentada, as teses relativas à correlação e à confissão, afastando, com base em premissas fáticas e jurídicas claras, a existência de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

IV. V. DA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 4º, CAPUT, E 16, AMBOS DA LEI N. 7.492/1986 E DO ART. 69 DO CP. Impossibilidade de concurso entre os delitos de gestão fraudulenta e operação clandestina de instituição financeira (entendimento do HC n. 197.569/PR e do REsp n. 897.656/PR) – (fls. 7.290/7.296).

A alegação defensiva sustenta a inviabilidade de concurso entre gestão fraudulenta (art. 4º) e operação clandestina de instituição financeira (art. 16), afirmando tratar-se de tipos antitéticos e invocando o entendimento de que a coexistência destes delitos, referindo-se à mesma conduta, é inviável.

O acórdão recorrido enfrentou diretamente o tema e concluiu pela autonomia das condutas e pela compatibilidade de concurso material, com base em premissas fáticas e jurídicas específicas.

Com efeito, o colegiado assentou que: a) as atividades da Ympactus/Telexfree caracterizaram, à época dos fatos, operação de instituição financeira sem autorização – captação, custódia, distribuição, intermediação e movimentação de recursos de terceiros, inclusive com “moeda eletrônica” e oferta pública de valores mobiliários (fls. 6.978/6.981); b) paralelamente, houve emprego de fraude na gestão da atividade, em especial para burlar bloqueio judicial, manter a rede internacional e dar destinação ilícita aos recursos – quadro típico de gestão fraudulenta (fls. 6.983/6.986). Com base nisso, o colegiado afirmou que se tratam de condutas distintas e autônomas e, portanto, compatíveis entre si.

Verifica-se que o acórdão amparou a conclusão em doutrina e em precedente da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos: *revestem-se de caráter autônomo as condutas tipificadas no art. 4º e no art. 16 [...] de tal modo que o comportamento do agente que comete o delito de gestão fraudulenta [...] mostra-se também compatível com a prática do crime de operação de instituição financeira não autorizada* (RHC n. 117.270 AgR, rel. Min. Celso de Mello) – (fl. 6.985).

Diferentemente da leitura sugerida pela defesa, o aresto recorrido não equiparou gestão fraudulenta a prática necessariamente vinculada a instituição

financeira regular. Pelo contrário, afirmou – com base no RHC n. 117.270 AgR – que a gestão fraudulenta pode ocorrer também em instituição não autorizada, afastando o suposto “contrassenso lógico” (fls. 6.983/6.985).

O fundamento central do acórdão é que, no caso concreto, não há uma única conduta subsumida a ambos os tipos. Há dois núcleos comportamentais reconhecidos: (i) fazer operar instituição financeira sem autorização (art. 16) e (ii) gerir fraudulentamente essa atividade (art. 4º), mediante artil para sustentar a rede internacional e contornar bloqueio judicial (fls. 6.978/6.986).

Assim, à luz das premissas fáticas firmadas e da orientação jurisprudencial invocada no próprio acórdão, o Tribunal de origem demonstrou a autonomia típica das condutas e a compatibilidade do concurso material entre os arts. 4º e 16 da Lei n. 7.492/1986 (art. 69 do CP), o que impõe o afastamento da tese defensiva de impossibilidade, porque não se trata da mesma conduta, mas de comportamentos distintos cumuláveis.

IV. VII. DA DOSIMETRIA: VIOLAÇÃO DO 65, III, D, DO CÓDIGO PENAL. Da necessidade de aplicação da atenuante da confissão espontânea (fls. 7.306/7.309).

A tese recursal sustenta a incidência da atenuante da confissão, inclusive parcial ou qualificada, com base na Súmula 545 do Superior Tribunal de Justiça, e afirma que a defesa admitiu a ocorrência de parte dos fatos, devendo ser reconhecida a minorante.

Os acórdãos enfrentaram o tema e afastaram sua aplicação por dois fundamentos autônomos.

Primeiro, por inexistência de confissão útil à condenação. O colegiado registrou que os réus não admitiram a prática de ilícito, apenas narraram aspectos fáticos sem reconhecer a cooperação para operar instituição financeira sem autorização ou para a gestão fraudulenta. O voto condutor, citando o precedente HC n. 124.009/SP, concluiu tratar-se de “confissão qualificada”, não apta a incidir a atenuante – porque não utilizada para formar o convencimento condenatório. Eis os trechos:

Como bem exposto pelo MM. Juízo a quo, não restou configurada tal atenuante ‘porque o réu, apesar de ter admitido a ocorrência de parte dos fatos, em momento algum admitiu a prática de ilícito, mais especificamente de cooperar para a operação e funcionamento de instituição financeira sem autorização. Tem-se, nessas situações, situação que não tem sido admitida

como confissão, tal como quando se invoca ausência de dolo ou de consciência sobre a ação (cf. HC 124.009/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 14/09/2011) – (fls. 7.218/7.219 – grifo nosso).

Ademais, de acordo com a jurisprudência do STJ, em especial diante do teor da Súmula 545, a atenuante de confissão deve incidir desde que tenha sido utilizada para fundamentar a condenação do réu, o que não é a hipótese dos presentes autos (fls. 7.218/7.220).

Segundo, por impossibilidade jurídica de redução abaixo do mínimo legal nas hipóteses em que a pena-base já foi fixada no piso. O acórdão dos embargos reafirmou que, ainda que se cogitasse a incidência da atenuante, *uma vez que a pena-base do réu foi estabelecida no mínimo legal, não seria possível a redução a um patamar aquém, por força do teor da Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça* – fundamento aplicado, v.g., ao delito do art. 4º da Lei n. 7.492/1986 (fls. 7.219/7.220).

Em síntese, a negativa da atenuante nos acórdãos recorridos se assenta em: a) inexistência de confissão eficaz e aproveitada para a condenação – confissões qualificadas, sem admissão de ilícito, não foram utilizadas como suporte decisório; e b) vedação de redução aquém do mínimo quando a pena-base está no piso legal (Súmula 231/STJ), aplicada, notadamente, ao crime do art. 4º da Lei n. 7.492/1986.

Não obstante esses fundamentos contrariarem a pretensão recursal de reconhecimento automático da atenuante, tem-se que, no ponto, razão assiste à defesa.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça entende que **o réu faz jus à atenuante prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal sempre que admitir a autoria do crime perante a autoridade, ainda que a confissão seja informal, extrajudicial, parcial, qualificada, retratada ou não utilizada expressamente como fundamento da sentença condenatória** (AgRg no HC n. 1.066.111/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 15/4/2026, DJEN de 23/4/2026 – grifo nosso).

A propósito: AgRg no HC n. 1.072.260/MG, da minha relatoria, Sexta Turma, julgado em 15/4/2026, DJEN de 22/4/2026.

Dessa forma, os autos devem retornar à origem para que a instância ordinária avalie que a fração de redução de pena a ser adotada na segunda fase da dosimetria, relativa à condenação pelo crime do art. 16 da Lei n. 7.492/1986.

Ante o exposto, **não conheço** do agravo em recurso especial e **conheço parcialmente** do recurso especial para, nessa extensão, **dar-lhe parcial provimento**, reconhecendo, tão somente, a incidência da atenuante da confissão espontânea e determinando o retorno dos autos para nova dosimetria da pena dos recorrentes.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO SEXTA TURMA

Número Registro: 2024/0300809-0

REsp 2.163.522 / RJ
PROCESSO ELETRÔNICO
MATÉRIA CRIMINAL

Número de Origem:

05002736320174025001 201750015002738 5002736320174025001

Sessão Virtual de 11/06/2026 a 17/06/2026

Relator

Exmo. Sr. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro CARLOS PIRES BRANDÃO

Secretário

Bel. ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : INOCENCIO PEREIRA REIS NETO

RECORRENTE : LEONARDO CASULA FRANCISCO

RECORRENTE : RENATO DE CARVALHO ALVES

ADVOGADOS : RAFAEL FREITAS DE LIMA - ES016421

MARIAH SARTÓRIO JUSTI - ES026136

LARAH BRAHIM DUARTE DOS SANTOS - ES032290

MARIANA COELHO DIAS - ES043317

AGRAVANTE : INOCENCIO PEREIRA REIS NETO

AGRAVANTE : LEONARDO CASULA FRANCISCO

AGRAVANTE : RENATO DE CARVALHO ALVES

ADVOGADOS : RAFAEL FREITAS DE LIMA - ES016421

MARIAH SARTÓRIO JUSTI - ES026136

LARAH BRAHIM DUARTE DOS SANTOS - ES032290

MARIANA COELHO DIAS - ES043317

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CORRÉU : JOZELIA MIRIAM SANGALI

CORRÉU : MARISA MACHADO WANZELER SALGADO

CORRÉU : NATHANA SANTOS REIS

CORRÉU : RHALFF JUNIO DE ALMEIDA COUTINHO

CORRÉU : THIAGO SCARDINI MARQUES

CORRÉU : THIESSA SANTOS REIS NETTO
CORRÉU : BRUNO RANGEL CARDOZO
CORRÉU : FABIO DE ARRAZ CRISPIM
CORRÉU : FEBE VANZELER DE ALMEIDA E SOUZA
CORRÉU : FLAVIO DE ARRAZ CRISPIM
CORRÉU : VAGNER MACSON MANHAES DA ROZA

ASSUNTO : DIREITO PENAL - CRIMES PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO
EXTRAVAGANTE - CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR

TERMO

A SEXTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, em Sessão Virtual de 11/06/2026 a 17/06/2026, por unanimidade, decidiu conhecer parcialmente do recurso e, nessa parte, dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Carlos Pires Brandão, Nilsoni de Freitas (Desembargadora Convocada do TJDFT) e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Carlos Pires Brandão.

Brasília, 17 de junho de 2026